

Pregão Presencial N° 003/2019

"Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte escolar"

O MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 14:00 horas, do dia 11 de abril do ano de 2019, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 10/2017, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa prestadora de serviço relacionado ao Transporte Escolar do Município, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93, o Decreto Municipal nº 001/2017 e demais regulamentações.

1 - DO OBJETO:

Constitui objeto a contratação de empresa prestadora de serviço relacionado ao Transporte Escolar do Município, conforme as especificações técnicas, roteiros e descrições a seguir:

Quant.	Especificação	Preço Unit. Por KM R\$	Veículo e capacidade mínima de passageiros
150 km diários	TRANSPORTE ESCOLAR: ITINÍARIO: Partindo da sede do Município até a área indígena retornando para Escola Municipal Fag Ror, na Escola Estadual de Ensino Médio José Antônio Ferronato, Escola Municipal Alberto Pasqualini e Creche Pingo de Gente, saindo de manhã as 6:30 min e retornando as 7h 45 min. E no horário das 12h fará o mesmo itinerário só que no caminho inverso começando o embarque na Escola Municipal Alberto Pasqualini passando pela Escola José Antônio Ferronato e passando na Creche Pingo de Gente me escola Fag Ror retornando aos locais acima descritos. Tendo como quilometragem média 150 km dia letivo. No turno de retorno da tarde sairá as 16:50 da Creche Pingo de Gente, passando pela Escola José Antônio Ferronato e na Escola Municipal Alberto Pasqualini e Escola Fag Ror Tendo como quilometragem média 150 km dia letivo. Com capacidade mínima de 15 lugares no	Conforme Planilha de custos anexo	Com capacidade mínima de 15 lugares no veículo utilizado para o transporte escolar.

	veículo utilizado para o transporte escolar.		
110 km diários	<p>TRANSPORTE ESCOLAR: ITINÉRIO: Partindo da sede do Município até a Linha Verde, retornando para a Escola Estadual Joaquim Nabuco e depois para Três Palmeiras na Escola Estadual de Ensino Médio José Antônio Ferronato, Escola Municipal Alberto Pasqualini e Creche Pingo de Gente, saindo de manhã as 6:30 min e retornando as 7h 45 min. E no horário das 12h fará o mesmo itinerário só que no caminho inverso começando o embarque na Escola Municipal Alberto Pasqualini passando pela Escola José Antônio Ferronato e passando na Creche Pingo de Gente e Escola Estadual Joaquim Nabuco retornando aos locais acima descritos e buscando alunos para o turno da tarde que devem estar nas escolas até 13:15. No turno de retorno da tarde sairá as 16:50 da Creche Pingo de Gente, passando pela Escola José Antônio Ferronato e na Escola Municipal Alberto Pasqualini e Escola Estadual Joaquim Nabuco Tendo como quilometragem média 110 km dia letivo. Com capacidade mínima de 35 lugares no veículo utilizado para o transporte escolar.</p>	Conforme Planilha de custos anexo	Com capacidade mínima de 35 lugares no veículo utilizado para o transporte escolar

2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item “7” deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

Ao MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS
EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2019
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA
PROONENTE (NOME COMPLETO)

Ao MUNICÍPIO DE TRÊS PALMEIRAS
EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2019

ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO

PROONENTE (NOME COMPLETO)

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1 - A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1 - A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento com foto.

3.2 - A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3 - O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado ou o original com uma cópia para autenticação pelo pregoeiro;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual, ou o original com uma cópia para autenticação pelo pregoeiro.

b) se representada por procurador, deverá apresentar:

b.1) instrumento público ou particular de procura, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

3.3.1 - Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa (anexo).

3.3.2 - Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4 - Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

3.5.1 - As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1 - No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2 - Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3 - O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão:

a) comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;

b) apresentar, ainda, declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

c) Apresentar declaração de que não foi declarada inidônea para Litar com o Poder Público.

5 - PROPOSTA DE PREÇO:

5.1 - A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 dias, deverá ser datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

a) razão social da empresa;

b) descrição completa do produto ofertado;

c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.

5.1.1 - Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação.

6 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1 - Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2 - Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3 - No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1 - Dada a palavra a licitante, esta disporá de 60 s (sessenta segundos) para apresentar nova proposta.

6.6 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.6.1 - A diferença entre cada lance será definido pelo Pregoeiro durante a sessão.

6.7 - Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 13 deste edital.

6.8 - O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9 - Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12 - A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13 - Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;

c) afrontem qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 5;

b) contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

6.13.1 - Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14 - Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15 - Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5.1, deste edital.

6.15.1 - Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrem na hipótese do item 6.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

6.17 - Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 6.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.

6.18 - O disposto nos itens 6.15 a 6.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6.19 - Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstaciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.

6.20 - A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.

6.21 - Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7 - DA HABILITAÇÃO:

7.1 - Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1 - Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Cédula de Identidade dos Diretores da Empresa

b) registro comercial, no caso de empresa individual;

c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

e) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1 - Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais e dívida ativa da União, Estadual e Municipal, sendo a última do domicílio ou sede da licitante;

b) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

c) Prova de regularidade Trabalhista (CNDT).

7.1.4. Qualificação Econômica-Financeira:

a) Certidão negativa de falência ou concordata do TJ do RS;

b) Declaração sob as penas da lei, firmada pelo representante legal da licitante de que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

c) Declaração de que aceita os termos e condições do Edital do pregão presencial em epígrafe.

7.1.5. Qualificação Técnica:

a) Declaração da empresa participante de que os condutores dos veículos que farão o serviço licitado atenderão ao disposto na Lei nº 9.503, de 23/09/1997, Artigos 143 e 144, do Código de Trânsito Brasileiro.

b) Declaração de disponibilidade de veículo reserva e recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto da presente licitação, sem interrupção dos serviços.

c) declaração em nome da empresa licitante de que os veículos estão disponíveis de imediato para serem utilizados na execução do objeto licitado.

d) Declaração da proponente que aceita integralmente as condições do presente Edital, e assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.

e) Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

OBS: As declarações apresentadas pelas proponentes deverão conter a indicação e qualificação (nome, nº do RG e nº do CPF) de quem subscreve os documentos apresentados.

7.2 - Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade com objeto específico para essa licitação.

7.2.1 - Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3 - A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2 - Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3 - O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4 - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea “a”, deste edital.

7.4 - O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilizarão do envelope.

8 - DA ADJUDICAÇÃO:

8.1 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2 - Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

9 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1 - Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2 - Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3 - A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10 - DOS PRAZOS:

10.1 - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a vencedora para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

10.2 - O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11 - DO RECEBIMENTO:

11.1 - O objeto licitado deverá ser prestado de acordo com a Secretaria de Educação e Desporto no itinerário do termo de referência em anexo, o qual será definido pela secretaria os horários e fiscalizado através de planilha assinada pela secretaria de Educação e Desporto.

11.2 - Verificada a desconformidade de algum critério do objeto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

12 - DA ASSINATURA DO CONTRATO

12.1. Depois de esgotado todos os prazos para recurso e encerrado o processo licitatório, a administração convocará o vencedor para celebrar o contrato no prazo de até 05 (cinco) dias, sendo indispensável para a sua assinatura os seguintes documentos de responsabilidade da empresa:

- a) Comprovação da propriedade ou da posse lícita dos veículos, por meio de contratos de financiamento e/ou alienação fiduciária, arrendamento mercantil ou leasing, ou por qualquer instrumento jurídico idôneo.
- b) Laudo de Vistoria elaborado por engenheiro mecânico afirmando que o veículo encontra-se em perfeitas condições de segurança e trafegabilidade e que cumpre todos os requisitos exigidos para o transporte escolar conforme legislação de trânsito vigente, correndo as despesas às expensas do licitante vencedor/contratado e deverá ser renovado a cada 6 (seis) meses.
- c) Autorização expedida pelo Detran para que o veículo utilizado possa realizar transporte escolar conforme preceitua o art. 136 do CTB.
- d) Carteira de Habilitação categoria “D” e curso de transporte escolar dos motoristas condutores dos veículos que realizarão os serviços, atendidas as exigências dos artigos 138 e 329 do CTB.
- e) Cópia do documento de seguro obrigatório do veículo-DPVAT e cópia de Apólice ou de Certificação de Apólice de seguro contra terceiros;
- f) Cópia do Certificado de registro e Licenciamento do veículo.

12.2. O não comparecimento da empresa vencedora no prazo previsto e a não apresentação dos documentos elencados acima implicará na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº8.666/93, podendo o Município contratar outra empresa habilitada desde que cumpra com os requisitos previsto neste Edital mediante justificativa, bem como o município poderá, desde logo, realizar nova licitação.

12.3. Havendo a necessidade, o prazo para apresentação da documentação acima poderá ser prorrogada em até 15 dias após a assinatura do contrato.

12.4. O prazo do contrato será até 31/12/2019 podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 da lei 8.666/1991.

12.5. O Cálculo para pagamento será efetuado através de controle de número de dias letivos no mês, uma vez que trata-se de KM rodados.

12.6. O pagamento será realizado em até dez dias do mês subsequente ao mês de prestação dos serviços, após a apresentação da Nota Fiscal/fatura correspondente aos serviços prestados.

12.7. O valor de que trata a sub-cláusula anterior poderá ser reajustado nos seguintes casos:

- a) Quando houver acréscimos ou diminuições nos preços dos insumos ou em caso de alteração unilateral do contrato conforme cláusula primeira que causem desequilíbrio econômico-financeiro no valor inicial do contrato, tornando inviável o seu cumprimento.

12.8. No caso de transporte de pais de alunos, este será permitido unicamente quando houver reunião nas escolas municipais, apenas se não interferir no transporte regular, sendo que a administração não deverá à contratada qualquer valor adicional em razão deste transporte.

12.9. Em caso de devolução da Nota Fiscal/Fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

13 - DO REAJUSTE:

13.1 - O preço cotado poderá sofrer equilíbrio econômico-financeiro, desde que, requerido e comprovado pela Contratada e com anuênciâa da Contratante.

14 - DAS PENALIDADES:

14.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: *afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;*

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;*

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência;*

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;*

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;*

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;*

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.*

14.2 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

14.3 - Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta das dotações da Lei-de-meios em execução, classificado como Prestação de Serviços de Terceiros.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1 - Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Município de Três Palmeiras, setor de Licitações, no horário normal de expediente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.2 - Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Licitações.

16.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

16.4 - Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e os números de fax e telefone.

16.5 - Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, ou poderá ser conferido com o original pelo pregoeiro. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

16.6 - A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

16.7 - Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.8 - A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

16.9 - Fica eleito a Comarca de Ronda Alta para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I: Modelo de Instrumento de Credenciamento e Autorização Para Lances no Pregão Presencial;

ANEXO II: Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos da Habilitação;

ANEXO III: Modelo de declaração de idoneidade;

ANEXO IV: termo de referência e planilha e planilha de custo;

ANEXO V: Modelo de declaração que não emprega menor de idade art. 7º, XXXIII, da CF/88;

ANEXO VI: Método de cálculo da planilha de custos transporte escolar

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS PALMEIRAS,
AOS 29 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2019.**

**SILVANIO ANTONIO DIAS
PREFEITO MUNICIPAL**

ANEXO I

Modelo de Instrumento de Credenciamento e Autorização Para Lances no Pregão Presencial

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PALMEIRAS - RS
REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Indicamos o(a) Sr.(a) _____, portador da cédula de identidade nº. _____, órgão expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, prestar todos os esclarecimentos à nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, dar lances no pregão, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Atenciosamente,

Cidade, data.

(nome e função na empresa)

Anexo II:

(Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos da Habilitação)

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____,
_____, sediada _____ (endereço completo
_____), declara, sob as penas da lei, que cumpro plenamente os
requisitos da habilitação do processo licitatório 003/2019 pregão presencial

Três Palmeiras, (RS), _____ / _____ / _____

(nome e função na empresa)

Anexo III

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PALMEIRAS - RS

**REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2019
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.**

A empresa (*Razão Social da Licitante*), CNPJ (*número*), sediada na Rua _____, nº ___, (*Bairro/Cidade*), através de seu Diretor ou Representante Legal, (*Nome/CI*), declara, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 20__.

[*Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal*]

[*Dados da Declarante: Razão Social e Carimbo do CNPJ*]

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

Observação: Na ocasião da cotação, CONSTAR, necessariamente: item, quantidade, descrição, Unid., R\$/unidade e R\$/Total. (COM NO MÁXIMO DUAS CASAS APÓS A VÍRGULA).

Item	Qua nt	Unid	Descrição	Valor KM	Valor/total dia
01	150	km diário	<p>TRANSPORTE ESCOLAR: ITINÍARIO: Partindo da sede do Município até a área indígena retornando para Escola Municipal Fag Ror, na Escola Estadual de Ensino Médio José Antônio Feronato, Escola Municipal Alberto Pasqualini e Creche Pingo de Gente, saindo de manhã as 6:30 min e retornando as 7h 45 min. E no horário das 12h fará o mesmo itinerário só que no caminho inverso começando o embarque na Escola Municipal Alberto Pasqualini passando pela Escola José Antônio Feronato e passando na Creche Pingo de Gente me escola Fag Ror retornando aos locais acima descritos. Tendo como quilometragem média 150 km dia letivo.</p> <p>No turno de retorno da tarde sairá as 16:50 da Creche Pingo de Gente, passando pela Escola José Antônio Feronato e na Escola Municipal Alberto Pasqualini e Escola Fag Ror</p> <p>Com capacidade mínima de 15 lugares no veículo utilizado para o transporte escolar.</p>	R\$ 2,89	.
02	110	km diário	<p>TRANSPORTE ESCOLAR: ITINÍARIO: Partindo da sede do Município até a Linha Verde, retornando para a Escola Estadual Joaquim Nabuco e depois para Três Palmeiras na Escola Estadual de Ensino Médio José Antônio Feronato, Escola Municipal Alberto Pasqualini e Creche Pingo de Gente, saindo de manhã as 6:30 min e retornando as 7h 45 min. E no horário das 12h fará o mesmo itinerário só que no caminho inverso começando o embarque na Escola Municipal Alberto Pasqualini passando pela Escola José Antônio Feronato e passando na Creche</p>	4,34	

		<p>Pingo de Gente e Escola Estadual Joaquim Nabuco retornando aos locais acima descritos e buscando alunos para o turno da tarde que devem estar nas escolas até 13:15.</p> <p>No turno de retorno da tarde sairá as 16:50 da Creche Pingo de Gente, passando pela Escola José Antônio Feronato e na Escola Municipal Alberto Pasqualini e Escola Estadual Joaquim Nabuco</p> <p>Tendo como quilometragem média 110 km dia letivo.</p> <p>Com capacidade mínima de 35 lugares no veículo utilizado para o transporte escolar.</p>		
--	--	---	--	--

OBSERVAÇÕES GERAIS:

1. Tipo de licitação: Pregão Presencial - menor PREÇO POR ITEM.
2. Valor máximo estimado da licitação é o valor da tabela acima e planilha de custo anexo
3. No valor dos itens da proposta apresentada deverão estar incluídos IMPOSTOS, FRETES, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS.
4. Os objetos/serviços deverão ser de EXCELENTE QUALIDADE.
5. Os produtos relacionados no anexo deverão ser de primeira qualidade, devendo passar por fase de teste de qualidade e aprovação.
6. O local e a fiscalização da entrega dos objetos serão acordados entre a Administração Pública Municipal de Três Palmeiras e a empresa vencedora do certame.
7. Segue anexo planilha de custos;

Três Palmeiras, 28 de março de 2019.

DEISE KOSSMANN
Dirigente de Convênios e Contratos

ANEXO V

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PALMEIRAS - RS

Ref.: Edital de Licitação na modalidade Pregão Presencial

Nº. 003/2019. Tipo Menor Preço por Item

D E C L A R A Ç Ã O

A....., inscrito no CNPJ
nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.
..... SSP..... e do CPF nº., DECLARA, para fins do
disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de
27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou
insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

().Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO VI

Método de cálculo da planilha de custos transporte escolar:

Custos variáveis:

Custo do Óleo Diesel: o valor foi calculado usando o valor de referência do preço de combustível na data de 13/03/2019 nos postos de combustível do município, sendo o mesmo dividido pela quilometragem de média/consumida de KM/Litro pelo veículo;

Custo de óleo lubrificante: o valor foi o utilizado pelas compras da Prefeitura de Três Palmeiras, sendo a quantidade de 12 litros a cada 5.000(cinco) mil quilômetros rodados;

Custo de pneus de rodagem: foi utilizado o valor do pneu da licitação PP 002/2018, na média de 6 pneus, sendo a troca vida útil do pneu 20.000 KM;

Custos Fixos:

Depreciação do veículo: calculou-se o valor de aproximadamente de R\$ 50.000,00 de um ônibus de até 48 lugares, com ano de fabricação de 1995, sendo a depreciação de 5% anual calculada, assim o valor foi dividido em meses e esses meses divido pela quilometragem mensal utilizada pelo veículo.

OBS: na hora da consulta a tabela “FIPE” não é verificado a quilometragem do veículo, portanto não interfere a quilometragem percorrida para o cálculo da depreciação.

Motorista: foi utilizado o salário de motorista concursado na prefeitura de Três Palmeiras referente ao ano de 2019, sendo calculado 1/12 para 13º, 1/12 para férias, e também os encargos sociais 1/3 de férias, FGTS 8%, FGTS férias/13º 8%, INSS patronal 20%, INSS férias/13º 1/12 mês.

OBS: como o custo do salário do motorista é fixo, independe de quilometragem rodada, foi somado o salário mais os encargos e dividido pela quilometragem percorrida no mês, ficando o custo médio por Km rodado.

Impostos e seguros: o valor dos impostos e seguros foram assim calculados o IPVA é referente a 1,5% referente ao valor do veículo, o seguro obrigatório e seguro contra terceiros, o custo anual foi divido em 9 meses e após ter esse resultado dividido novamente pela quilometragem percorrida no mês, sendo o resultado final o custo por KM;

Custos manutenção de peças e acessórios: foi calculado o valor médio de gastos com peças de manutenção no valor de R\$ 10.000,00 a ser dividido nos 09 meses a serem os serviços executados.

Contador: o custo é fixo de aproximadamente R\$ 200,00 mês, foi pego o valor da KM mensal e dividido pelo valor fixo.

Calculo de Custos do KM Rodado - Transporte Escolar

onibus mínimo 35 lugares

Etinerário: Linha Verde

Kilometragem Percorrida no Dia 110

Média de Dias Letivos no Mês 22

Custos Variaveis		Custos Fixos	
OLEO DIESEL		CUSTOS DE CAPITAL E DEPRECIAÇÃO	
Preço Do Litro Oleo Diesel (preço utiliza pesquisa de preço PP 015.2018	3,37	Valor Médio de venda Onibus ano 1998	50.000,00
Qtd. KM Percorido/Dia	110	Valor da Depreciação anual %	5
Média Consumida KM/Litro	2,8	Valor da Depreciação anual r\$	2.500,00
Custo Oleo Diesel por KM	1,2036	Valor a Depreciar no mês	208,33
OLEO LUBRIFICANTE		Km média Percorrida no Mês - 22d/110km	
Preço do Litro Lubrificante	18,00	Custo da Depreciação por KM	0,0861
Total na Troca - 12 Litros	216,00	MOTORISTA	
Km Rodados com 1 Troca	5000	Motorista - base - PMTP 2019 (R\$ 1.580,21) + Insalubridade (R\$ 199,60)	1779,81
Custo do Lubrificante	0,0432	13º	148,31
PENEUS DE RODAGEM		Férias	148,31
Preço do Pneu utilizado - 900x20 comum utilizado preço PP 017.2018	950,00	1/3 de Férias	48,94
Qtd. Pneus Rodando	6	FGTS	142,38
Total na Troca - 6 Pneus	5.700,00	Provisão FGTS (13º/Féria)	11,86
Vida útil do Pneus em KM	20000	INSS	355,96
Custo dos Pneus de rodagem Por KM	0,2850	Provisão INSS (13º/Férias)	59,32
		Custo Funcionário Mês	2694,89
		Custo do Motorista por KM	1,1136
IMPOSTO E SEGURO			
		IPVA - 1,5% sobre valor do veículo	750,00
		Seguro obrigatório	500,00
		Seguro contra terceiros	3000,00
		Custo por Km	0,1951
CUSTOS MANUTENÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS			
		Valor Médio de anual	10.000,00
		Valor média mensal	1.111,11
		Km média Percorrida no Mês - 22d/110km	2420,00
		Custo da Depreciação por KM	0,4591
CONTADOR			
		Honorarios com Contador	200,00
		Totais dos custos	R\$ 0,08
Total dos Custos variaveis	1,5318	Total dos Custos Fixos	1,9366
Total dos Custos Variaveis + Custos Fixos			3,4684
Margem de Lucro em Percentual			25
Total a Pagar por Kilometro Rodado			4,34

Calculo de Custos do KM Rodado - Transporte Escolar

onibus mínimo 15 lugares

Etinerário: AREA INDIGENA

Kilometragem Percorrida no Dia 150

Média de Dias Letivos no Mês 22

<i>Custos Variaveis</i>		<i>Custos Fixos</i>	
<i>OLEO DIESEL</i>		<i>CUSTOS DE CAPITAL E DEPRECIAÇÃO</i>	
Preço Do Litro Oleo Diesel (preço utliza pesquisa de preço PP 015.2018	3,37	Valor Médio de venda Onibus ano 1998	50.000,00
Qtd. KM Percorido/Dia	150	Valor da Depreciação anual %	5
Média Consumida KM/Litro	6	Valor da Depreciação anual r\$	2.500,00
Custo Oleo Diesel por KM	<u>0,5617</u>	Valor a Depreciar no mês	208,33
<i>OLEO LUBRIFICANTE</i>		Km média Percorrida no Mês - 22d/150km	3300
Preço do Litro Lubrificante	18,00	Custo da Depreciação por KM	<u>0,0631</u>
Total na Troca - 12 Litros	216,00	<i>MOTORISTA</i>	
Km Rodados com 1 Troca	5000	Motorista - base - PMTP 2019 (R\$ 1.580,21) + Insalubridade (R\$ 199,60)	1779,81
Custo do Lubrificante	<u>0,0432</u>	13º	148,31
<i>PENEUS DE RODAGEM</i>		Férias	148,31
Preço do Pneu utilizado - 900x20 comum utilizado preço PP 017.2018	950,00	1/3 de Férias	48,94
Qtd. Pneus Rodando	6	FGTS	142,38
Total na Troca - 6 Pneus	5.700,00	Provisão FGTS (13º/Féria)	11,86
Vida util do Pneus em KM	20000	INSS	355,96
Custo dos Pneus de rodagem Por KM	<u>0,2850</u>	Provisão INSS (13º/Férias)	59,32
		Custo Funcionário Mês	2694,89
		Custo do Motorista por KM	<u>0,8166</u>
<i>IMPOSTO E SEGURO</i>		<i>CUSTOS MANUTENÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS</i>	
		IPVA - 1,5% sobre valor do veiculo	750,00
		Seguro obrigatório	500,00
		Seguro contra terceiros	3000,00
		Custo por Km	<u>0,1431</u>
<i>CUSTOS MANUTENÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS</i>		<i>CUSTOS DE CAPITAL E DEPRECIAÇÃO</i>	
		Valor Médio de anual	10.000,00
		Valor média mensal	1.111,11
		Km média Percorrida no Mês - 22d/110km	3300
		Custo da Depreciação por KM	<u>0,3367</u>
<i>CONTADOR</i>		<i>CUSTOS DE CAPITAL E DEPRECIAÇÃO</i>	
		Honorarios com Contador	200,00
		Totais dos custos	R\$ <u>0,06</u>
Total dos Custos variaveis	<u>0,8899</u>	Total dos Custos Fixos	<u>1,4202</u>
Total dos Custos Variaveis + Custos Fixos		<u>2,3100</u>	
Margem de Lucro em Percentual		25	
Total a Pagar por Kilometro Rodado		<u>2,89</u>	